

SECRETARIA DA  
**FAZENDA E**  
**PLANEJAMENTO**

GOVERNO DO  
**ESTADO DO**  
**TOCANTINS**



**ACORDÃO Nº:** 018/2019  
**REEXAME NECESSÁRIO Nº:** 4.047  
**PROCESSO Nº:** 2016/6040/505257  
**AUTO DE INFRAÇÃO Nº:** 2016/004871  
**INTERESSADO:** COFERPA COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRO & AÇO LTDA.  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº:** 29.433.555-2  
**RECORRENTE:** FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

## EMENTA

MULTA FORMAL. FALTA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS. TRANSMISSÃO COM OMISSÕES DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD. PROCEDENTE – É procedente a reclamação tributária que exige multa formal pela transmissão com omissões da Escrituração Fiscal Digital – EFD, tendo sido alterada a penalidade para art. 50, inciso XVI, alínea “d”, da Lei 1.287/2001.

ICMS. FALTA DE REGISTRO DE NOTAS FISCAIS DE ENTRADAS. PRESUNÇÃO DE OMISSÕES DE RECEITAS PRETÉRITAS. COMPROVAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL. IMPROCEDENTE – É improcedente a reclamação tributária, que exige ICMS por presunção de omissões de receitas pretéritas, tendo em vista, a comprovação nos autos pelo sujeito passivo, da escrituração contábil das respectivas notas fiscais e o desembolso financeiro.

## RELATÓRIO

A Fazenda Pública Estadual constituiu crédito tributário contra o contribuinte qualificado na peça inaugural, referente às exigências de multa formal por descumprimento de obrigação acessória pela falta de registro de notas fiscais de aquisições de mercadorias no exercício de 2012 no valor de R\$ 71.516,31 (setenta e um mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e um centavos) item, 4.1 e por ICMS presunção de omissão de saídas de mercadorias no valor de R\$ 60.788,86 (setenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos) conforme auto de infração e termo de aditamento (fls. 309/310).





Foram anexados ao presente processo o levantamento fiscal, DANFES, Registro de Entradas (SPED), intimações e BIC (fls. 04/83).

A autuada foi intimada por via postal e apresentou impugnação acompanhada de documentos pedindo o arquivamento do auto de infração e o processo é remetido para julgamento (fls. 84/189).

O julgador de primeira instância por meio do despacho retornou os autos ao autuante para saneamento quanto à tipificação da infração (campo 5.13) e manifestação quanto à impugnação (fls. 190).

Por sua vez, o autuante apresentou documentos, se manifestou e aditou o campo 5.13 do auto de infração por meio de termo de aditamento (fls. 191/199).

O sujeito passivo foi intimado por via postal e apresentou manifestação acompanhada de documentos pedindo o arquivamento do auto de infração e o processo é remetido para julgamento (fls. 200/306).

Novamente o julgador retorna o processo ao autuante para saneamento e verificação quanto à natureza das operações (fls. 307/308).

O autuante fez o levantamento fiscal alterando os valores da multa e do ICMS, aditou os campos 4.1, 4.8, 4.11, 5.1, 5.8 e 5.11 do auto de infração e se manifestou reafirmando suas contra-razões anteriores (fls. 309/317).

O sujeito passivo foi intimado por via postal e apresentou manifestação acompanhada de documentos pedindo o arquivamento do auto de infração e o processo é remetido para julgamento (fls. 318/338).

A julgadora de primeira instancia relata que os requisitos mínimos e necessários, previstos no art. 35 da Lei nº 1.288/01, com as alterações dadas pela Lei nº 2.521/11 devem ser observados na lavratura do auto de infração; que a impugnação é tempestiva e foi apresentada pelo próprio sujeito passivo, nos termos do *caput* do art. 20 da Lei nº 1.288/01, com redação dada pela Lei nº 2.521/11; que os prazos processuais foram cumpridos de acordo com o que preceitua o art. 26 da Lei nº 1.288/01, com redação dada pela Lei nº 2.598/12.

Que a presente lide é referente às exigências de multa formal e ICMS decorrente do descumprimento de obrigação acessória e por presunção de omissão de saídas de mercadorias pela falta de registro de notas fiscais de aquisições de mercadorias no exercício de 2012, totalizando o valor de R\$ 132.305,17, conforme auto de infração e termos de aditamento (fls. 02/03, 199 e 310/311).





Que a pretensão fiscal descrita no campo 4.1 do termo de aditamento (fls. 310/311) está tipificada e fundamentada no inciso II, do art. 44, da Lei nº 1.287/01 e a penalidade sugerida é a prevista na alínea “c”, do inciso IV, do art. 50, da Lei nº 1.287/01, com redação dada pela Lei nº 2.253/09 e a pretensão fiscal descrita no campo 5.1 do termo de aditamento (fls. 310/311) está tipificada e fundamentada no inciso III, do art. 44, da Lei nº 1.287/01, com redação dada pela Lei nº 2.549/11 c/c art. 21 inciso I alínea “d” da Lei nº 1.287/01, conforme termo de aditamento (fls. 199) e a penalidade sugerida é a prevista na alínea “a”, do inciso III, do art. 48, da Lei nº 1.287/01, com redação dada pela Lei nº 2.253/09.

Que o sujeito passivo não argüiu preliminar mas, é válido afirmar que todos os requisitos mínimos e necessários, previstos no art. 35 da Lei nº 1.288/01, com as alterações dadas pela Lei nº 2.521/11 devem ser observados na lavratura do auto de infração e que, no entanto não foram observados pelo autuante. Vejam que a pretensão fiscal descrita no campo 4.1 do termo de aditamento (fls. 310/311) está tipificada e fundamentada no inciso II, do art. 44, da Lei nº 1.287/01, conforme campo 4.13 do auto de infração e o período fiscalizado é o exercício de 2012, ou seja, o inciso II, do art. 44, da Lei nº 1.287/01, sofreu alteração em dezembro de 2011 e não estava em vigor para os fatos geradores ocorridos no ano de 2012.

Art. 44. São obrigações do contribuinte e do responsável:

II - escriturar nos livros próprios, com fidedignidade, na forma e nos prazos normativos, as operações ou prestações realizadas, ainda que contribuinte substituto ou substituído; (Redação dada pela Lei 2.549 de 22.12.11).

Redação Anterior: (1) Lei 1.287 de 28.12.01.

II – escriturar nos livros próprios, com fidedignidade e nos prazos legais, as operações ou prestações que realizar, ainda que contribuinte substituto ou substituído;

Além disso, mesmo dada à oportunidade ao autuante para reanalisar a tipificação da infração descrita no campo 5.1, o mesmo além de não observar a falha apontada acima, cometeu outra segunda falha ao alterar a tipificação da infração descrita no campo 5.1 do termo de aditamento (fls. 310/311), pois a tipificou e fundamentou no inciso III, do art. 44, da Lei nº 1.287/01, com redação dada pela Lei nº 2.549/11 c/c art. 21 inciso I alínea “d” da Lei nº 1.287/01, conforme termo de aditamento (fls. 199). Ora o inciso III, do art. 44, da Lei nº 1.287/01, nunca sofreu alteração e principalmente pela Lei nº 2.549/11.

Art. 44. São obrigações do contribuinte e do responsável:





III – emitir, com fidedignidade, documento fiscal correspondente a cada operação ou prestação, tributada ou não, inclusive sujeita ao regime de substituição tributária, ainda que dispensada a escrituração;

Desta forma o autuante descumpriu o mandamento previsto na alínea “d”, do inciso I, do art. 35, da Lei nº 1.288/01 ao se equivococar nas tipificações das infrações (campo 4.13 do auto de infração e campo 5.13 do termo de aditamento/fls. 199), sendo permitido concluir que a não observância da referida determinação, enseja a nulidade do ato, por erro na determinação da infração:

Art. 35. O Auto de Infração:

I - formaliza a exigência do crédito tributário e contém, no mínimo:

.....  
d) o dispositivo legal infringido;

Art. 28. É nulo o ato praticado:

.....  
IV – com erro na determinação da infração. (Redação dada pela Lei 3.018 de 30.09.15).

Porém, embora o autor do lançamento tenha descumprido o mandamento previsto na alínea “d”, do inciso I, do art. 35, da Lei nº 1.288/01, deixou de argüir preliminar de nulidade do auto de infração, considerando a documentação juntada nos autos pelo sujeito passivo somada as que acompanham o presente processo e que dele fazem parte, pois existem motivos suficientes e relevantes que levam a uma decisão meritória. Desta forma passou a análise do mérito deste contencioso.

Que o sujeito passivo em suas razões de mérito (fls. 86/87, 204/206 e 323/330) alegou que embora esteja obrigado a escrituração fiscal digital desde 2011 apresentou o livro impresso que utiliza na contabilidade interna para controle de suas entradas, saídas e apuração do ICMS e Livro Razão onde as notas fiscais se encontram escrituradas e que por erro na transmissão do livro digital algumas notas fiscais foram lançadas com atraso, mas em data considerada legal pela SEFAZ e por fim apresentando farta documentação (88/188, 206/305 e 331/337 e volume em anexo) afirma que não houve prejuízos ao erário estadual.

Que o autor do lançamento em suas manifestações (fls. 195/198 e 314/317) afirma que o sujeito passivo está obrigado a escrituração digital desde 2011, comprovando que o mesmo transmitiu EFD (fls. 46/79) e que este somente apresentou o Livro de Registro de Entradas impresso após a autuação e que a escrituração no formato impresso não tem legitimidade e é sem validade jurídica e ao final se manifesta pela desconsideração da escrita em formato impresso por não





conter características de legalidade e veementemente pede que seja mantido o presente auto de infração.

Que analisando as alegações do sujeito passivo e os argumentos defensórios do autor do lançamento de fato o sujeito passivo é obrigado transmitir escrituração fiscal digital, como afirmou o autor do lançamento e o mesmo as transmitiu, conforme documentos apresentados (fls. 46/79 e 192/195), por outro lado, o sujeito passivo também apresentou a escrituração (Livro de registro de Entradas de Apuração do ICMS) por meio de processamento de dados devidamente autenticada e recepcionada pelo Setor de Cadastro da Delegacia Fiscal em 11/09/2013 (fls. 88/113 e 114/164). Além disso, apresentou os comprovantes de pagamento do ICMS apurado no período fiscalizado (fls. 182/187 e 331/337) e ao analisá-la não parece que o sujeito passivo somente apresentou a escrituração impressa (Livro de Registro de Entradas e Apuração do ICMS) após a autuação, pois dela posso constatar rabiscos e anotações que só podem ter sido feitas pelo autuante, conforme demonstram as páginas 91, 92, 94, 111 e 112. Desta forma se torna impossível concordar que a escrituração no formato impresso não tenha legitimidade e muito menos desconsiderá-la, pois ao que tudo indica esta serviu não somente para a auditoria, mas também para recolher os impostos apurados no período fiscalizado, conforme comprovantes de pagamento (fls. 182/187 e 331/337) e que em nenhum momento foram questionados pelo autor. Não bastando somente isso, conferindo as notas fiscais relacionadas no levantamento fiscal feito pelo próprio autuante (fls. 312/313) constatamos que todas elas se encontram devidamente lançadas no livro de registro de entrada devidamente autenticado e recepcionado pelo Setor de Cadastro da Delegacia Fiscal em 11/09/2013 (fls. 88/113 e 114/164), conforme documentos de folhas 116, 125, 130, 139, 147, 155, 156, 160 e 163, bem como, também se encontram lançadas no Livro Razão recepcionado em 28/06/2013, conforme volume anexo. Bastando para tanto conferi-las uma a uma. Desta forma, concluiu que a razão assiste ao sujeito passivo.

Diante do exposto, conheceu da impugnação, deu-lhe provimento e julgou improcedente o auto de infração nº 2016/004871 absolvendo o sujeito passivo do pagamento dos créditos tributários nos valores de:

R\$ 71.516,31 (setenta e um mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), referente ao campo 4.11 do termo de aditamento ao auto de infração (fls. 310/311) e,

R\$ 60.788,86 (sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos), referente ao campo 5.11 do termo de aditamento ao auto de infração (fls. 310/311).





Submeteu a decisão à apreciação do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Tocantins, nos termos da alínea “f”, do inciso IV, do art. 56, da Lei nº 1.288/01, com redação dada pela Lei nº 2.521/11 e parágrafo único do art. 58, da Lei nº 1.288/01, com redação dada pela Lei nº 3.018/15).

A Representação Fazendária faz análise do conteúdo processual e recomenda a reforma da sentença para julgar procedente o item 4.1, alterado a penalidade para o art. 50, inciso XVI, alínea “d” da Lei 1.287/01 e confirmar a sentença em relação ao item 5.1 pela improcedência.

A Recorrente foi intimada em 04.09 de 2018 e esclarece que a multa referente o mês de janeiro, maio e agosto foi paga no processo 2016/6040/505252 ref. auto de infração nº 2016/004868 e finaliza pedindo o arquivamento do processo.

É o relatório.

## VOTO

Visto, analisado e discutido, o presente processo formalizado por meio do auto de infração nº 2016/004871, contra o contribuinte qualificado na peça inaugural, referente às exigências de multa formal por descumprimento de obrigação acessória pela falta de registro de notas fiscais de aquisições de mercadorias no exercício de 2012 no valor de R\$ 71.516,31 (setenta e um mil quinhentos e dezesseis reais e trinta e um centavos) item, 4.1 e por presunção de omissão de saídas de mercadorias o valor de R\$ 60.788,86 (setenta mil setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos) conforme auto de infração e termos de aditamento (fls. 309/310).

O sujeito passivo em suas razões de mérito (fls. 86/87, 204/206 e 323/330) alegou que embora esteja obrigado a escrituração fiscal digital desde 2011 apresentou o livro impresso que utiliza na contabilidade interna para controle de suas entradas, saídas e apuração do ICMS e Livro Razão onde as notas fiscais se encontram escrituradas e que por erro na transmissão do livro digital algumas notas fiscais foram lançadas com atraso, mas em data considerada legal pela SEFAZ e por fim apresentando farta documentação (88/188, 206/305 e 331/337 e volume em anexo) afirma que não houve prejuízos ao erário estadual.

Que o autor do lançamento em suas manifestações (fls. 195/198 e 314/317) afirma que o sujeito passivo está obrigado a escrituração digital desde 2011, comprovando que o mesmo transmitiu EFD (fls. 46/79) e que este somente apresentou o Livro de Registro de Entradas impresso após a autuação e que a





escrituração no formato impresso não tem legitimidade e é sem validade jurídica e ao final se manifesta pela desconsideração da escrita em formato impresso por não conter características de legalidade e veementemente pede que seja mantido o presente auto de infração.

Em análise as alegações do sujeito passivo e os argumentos defensórios do autor do lançamento, de fato, o sujeito passivo é obrigado transmitir escrituração fiscal digital, como afirmou o autor do lançamento e o mesmo as transmitiu, conforme documentos apresentados (fls. 46/79 e 192/195), por outro lado, o sujeito passivo também apresentou a escrituração (Livro de registro de Entradas de Apuração do ICMS) por meio de processamento de dados devidamente autenticada e recepcionada pelo Setor de Cadastro da Delegacia Fiscal em 11/09/2013 (fls. 88/113 e 114/164). Além disso, apresentou os comprovantes de pagamento do ICMS apurado no período fiscalizado (fls. 182/187 e 331/337) e ao analisá-la não parece que o sujeito passivo somente apresentou a escrituração impressa (Livro de Registro de Entradas e Apuração do ICMS) após a autuação.

Considerando que a escrituração no formato impresso coincide com os impostos apurados e recolhido no período fiscalizado conforme comprovantes de pagamento (fls. 182/187 e 331/337), não posso acatar que sejam ilegítimas e muito menos desconsiderá-la.

Conferindo as notas fiscais relacionadas no levantamento fiscal feito pelo próprio autuante (fls. 312/313) constatamos que todas elas se encontram devidamente lançadas no livro de registro de entrada devidamente autenticado e recepcionado pelo Setor de Cadastro da Delegacia Fiscal em 11/09/2013 (fls. 88/113 e 114/164), conforme documentos de folhas 116, 125, 130, 139, 147, 155, 156, 160 e 163, bem como, também se encontram lançadas no Livro Razão recepcionado em 28/06/2013, conforme volume anexo, bastando para tanto conferi-las uma a uma.

Com relação ao ICMS, por presunção de omissões de receitas pretéritas, as mesmas ficam afastadas em função da comprovação dos autos, pelo sujeito passivo dos registros contábeis e respectivo desembolso financeiro.

Desta forma, concluo que a razão assiste ao sujeito passivo em relação ao imposto, fato que se comprova que não houve prejuízo ao Erário Público.

Em relação a descumprimento de obrigação acessória, entendo que está caracterizado a infração e que a manifestação da Representação Fazendária está adequada ao processo, adequando a penalidade sugerida pelo autor do procedimento.

Diante do exposto, considerando as provas apresentadas, recomendo, em reexame necessário, reformar a decisão de primeira instância, para julgar procedente em parte as reclamações tributárias constante do auto de infração nº





2016/004871 com alteração da penalidade para o art. 50, inciso XVI, alínea “d” da Lei 1.288/2001 e condenar o sujeito passivo ao pagamento do crédito tributário no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente ao campo 4.11, mais os acréscimos legais, tendo sido reduzido o valor do crédito tributário em R\$ 63.616,31 (sessenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), referente parte do campo 4.11, em função da alteração da penalidade. E absolver no valor de R\$ 60.788,86 (sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos), referente ao campo 5.11.

É o voto.

## **DECISÃO**

O Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, ao julgar o presente processo, decidiu, no mérito, por unanimidade, em reexame necessário, reformar a decisão de primeira instância, para julgar procedente em parte as reclamações tributárias constante do auto de infração nº 2016/004871 com alteração da penalidade para o art. 50, inciso XVI, alínea “d” da Lei 1.288/2001 e condenar o sujeito passivo ao pagamento do crédito tributário no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), referente ao campo 4.11, mais os acréscimos legais, tendo sido reduzido o valor do crédito tributário em R\$ 63.616,31 (sessenta e três mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e um centavos), referente parte do campo 4.11, em função da alteração da penalidade. E absolver no valor de R\$ 60.788,86 (sessenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos), referente o campo 5.11. O representante fazendário João Alberto Barbosa Dias fez sustentação oral pela Fazenda Pública Estadual. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Ricardo Shiniti Konya, Kellen C. Soares Pedreira do Vale, Sani Jair Garay Naimayer, Luiz Carlos da Silva Leal e Osmar Defante. Presidiu a sessão de julgamento aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2018, o conselheiro Suzano Lino Marques.

Plenário do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, em Palmas-TO, aos oito dias do mês de fevereiro de 2019.

Suzano Lino Marques  
Presidente





Ricardo Shiniti Konya  
Conselheiro Relator

